

EVENTOS

Autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo prestigiam cerimônia de entrega do I Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos



Diego Carvalho | Amaerj

Amaerj premiou os vencedores das categorias Monografia e Práticas Humanistas

A Amaerj divulgou, em 03 de dezembro, os nomes dos vencedores do I Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. O combate à violência e a defesa da dignidade humana foram destaque na cerimônia de premiação. Estiveram presentes, entre outras autoridades, o deputado estadual Marcelo Freixo e a chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Martha Rocha.

Pág. 14

TJ-RJ

Desembargadora Leila Mariano é a nova presidenta do TJ-RJ



Luis Henrique | TJ-RJ

Valorização da magistratura terá destaque na nova gestão da Corte

Eleita na sessão do Tribunal Pleno de 3 de novembro, a desembargadora Leila Mariano é a nova presidenta do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) para o biênio 2013/2014. Primeira mulher a ocupar o cargo, a magistrada declarou que irá se dedicar diuturnamente à manutenção dos padrões de excelência do Poder Judiciário.

Pág. 05

AÇÃO AMAERJ

Pelo fim de exigências do CNJ e da Comaq

Amaerj pleiteia que o TJ-RJ deixe de exigir dos magistrados, exclusivamente em novembro, o cumprimento da Meta 1 (CNJ), a mediana estabelecida pela Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais (Comaq), e também a produção do número mínimo de sentenças.

Pág. 03

Associados unidos pelo Veta, Dilma

Atendendo à convocação da Presidência, os associados da Amaerj compareceram em peso à mobilização pela campanha “Veta, Dilma”, em defesa dos direitos do Rio de Janeiro na questão dos royalties do petróleo. Realizada em 26 de novembro, a manifestação reuniu cerca de cem mil pessoas no Centro do Rio.

Pág. 04

AMB

Dell’Orto fala sobre mídia e Judiciário em Congresso da AMB

A relação entre a mídia e o Judiciário foi o tema da palestra apresentada pelo presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, em Belém (PA). O evento foi realizado um dia antes da abertura do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados, da AMB.

Pág. 16

Presidentes da Alerj e Amaerj tratam de temas de interesse do Judiciário



Cláudio dell'Orto se encontra com os deputados Paulo Melo e Marcus Vinícius

Em 31 de outubro, os presidentes da Amaerj, Cláudio dell'Orto, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Paulo Melo (PMDB), e o deputado estadual Marcus Vinícius (PMDB) reuniram-se para tratar de assuntos referentes a projetos de interesse do Judiciário, além de temáticas que envolvem a criação de novos órgãos no Judiciário e a questão orçamentária estadual.

Este é o segundo encontro com o deputado Paulo Melo. Em abril de 2012, o parlamentar recebeu uma

comissão formada por Dell'Orto, a presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal, desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira, o controlador geral, juiz Renato Sertã, e o diretor executivo da Amaerj Petrópolis, juiz Alexandre Teixeira. O encontro teve o objetivo de reivindicar uma revisão do valor estimado da receita corrente líquida do Estado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, visando um orçamento capaz de cobrir as despesas do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) com pessoal em 2013.

Amaerj realiza reunião com presidentes das Regionais



Presidentes se reuniram na Amaerj em novembro

Os presidentes das Regionais da Amaerj se reuniram, em 12 de novembro, na sede da Associação, para tratar com o presidente Cláudio dell'Orto, das questões associativas do interior do Estado. Na pauta também estava a definição das festas de final de ano das Regionais e as medidas a serem adotadas com relação às transformações de Varas e alterações de Competência realizadas pelo Tribunal de Justiça sem a participação dos juízes interessados. Estiveram presentes na reunião os juízes Felipe Pedalino (Campos dos Goytacazes), Antonio Alves Cardoso (Duque de Caxias), João Zivaldo Maia (Niterói), Fernando Luis Moraes (Nova Friburgo), Richard Fairclough (Nova Iguaçu), Marvin Ramos (Volta Redonda), Afonso Henrique (Petrópolis) e Fábio Costa (Região dos Lagos).

Promovido desde o início da gestão, o encontro tem o objetivo de possibilitar que os representantes de cada Regional apresentem as reivindicações dos associados, colaborem com sugestões e troquem experiências.

EXPEDIENTE

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro
Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Centro - Rio de Janeiro - 20010-090
Tel.: (21) 3133-2315
imprensa@amaerj.org.br
www.amaerj.org.br

Coordenadoria de Comunicação Social:
Desembargador Antonio José Ferreira Carvalho, Juíza Andrea Maciel Pachá, Juiz Gustavo Quintanilha Telles de Menezes e Juíza Márcia Regina Salles Souza
Editora: Ada Caperuto (MTB 24082)
Redação: Diego Carvalho, Flávia Rodrigues, Sarita Yara

Conteúdo e responsabilidade editorial:
Ricardo Viveiros & Associados - Oficina de Comunicação, empresa filiada à Aberj (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial)

Editora JC
Telefax: (21) 2240-0429
editorajc@editorajc.com.br
CTP, impressão e acabamento:
Edigráfica

AMAERJ NOTÍCIAS é um informativo mensal da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, integralmente patrocinado pela Petrobras. É permitida a reprodução parcial ou total das matérias, desde que citada a fonte.

Dell'Orto participa de encontro sobre reestruturação da carreira da Magistratura

A discussão sobre a viabilidade do Adicional por Tempo de Serviço foi tema de destaque no encontro



Magistrados de todo o Brasil participaram do encontro em Florianópolis

O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, participou, em 9 de novembro, do "Encontro Estadual sobre a Reestruturação da Magistratura: o restabelecimento do ATS como uma medida necessária e viável". Dell'Orto destacou a importância do evento, ao afirmar que este foi um encontro das associações de magistrados com deputados, sena-

dores e autoridades do Judiciário e do Executivo para discussão e viabilização do Adicional por Tempo de Serviço – atualmente considerado um dos mais importantes para a magistratura brasileira.

Realizado pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), o encontro promoveu o debate e incentivou a participação e o engajamento

de toda a classe no pleito. No evento foi apresentado estudo técnico encomendado pela AMC sobre o impacto negativo na carreira, decorrente da falta de recomposição anual dos subsídios e sobre o Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Em seguida, foi aberto espaço para o debate a respeito dos projetos de lei sobre essa temática que tramitam no Congresso e, por fim, discutida a Proposta de Restabelecimento do ATS.

Magistrados de todo o Estado, bem como representantes de associações estaduais de outras unidades da Federação estiveram presentes no evento, além dos presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Nelson Calandra, e do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados, desembargador Marcus Faver. Também participaram o relator da PEC do ATS, senador Gim Argello, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, senador Eunício de Oliveira, o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Décio Lima, e os deputados federais Edinho Bez, Jorginho Mello, Onofre Agostini, Esperidião Amin e Carmem Zanotto.

(Com informações da AMC)

Amaerj pleiteia fim de exigências do CNJ e da Comaq

Requerimento se justifica pelo mês de novembro, que teve seis pontos facultativos

A Amaerj apresentou, em 29 de novembro, um requerimento (Nº 2012-0231611) à presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) pedindo que a Corte deixe de exigir dos magistrados, exclusivamente em novembro, o cumprimento da Meta 1 (CNJ), da mediana estabelecida pela Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais (Comaq), e também da produção do número mínimo de sentenças. O motivo do pleito - para fins de es-

tatística, remuneração e acumulação - é o mês atípico, que contou com seis pontos facultativos, inviabilizando o andamento de processos e a produção de despachos, decisões e sentenças.

Segundo o requerimento, outro ponto prejudicial foi o sistema de informática do Tribunal de Justiça, que deixou de funcionar adequadamente por, pelo menos, três dias. A Associação requer, ainda, que os atos proferidos pelos magistrados passem a ser contabilizados, após o preenchimen-

to da data de retorno nos andamentos correspondentes à conclusão do juiz, a partir de dezembro.

A meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) define que os juízes devem proferir sentenças em maior número que os processos de conhecimento que foram distribuídos mensalmente. A produção mensal de sentenças, de acordo com normas estaduais, também deve respeitar a denominada mediana, fixada pela Comaq.

Veta, Dilma: Amaerj convoca associados e participa da mobilização

Dias depois, a presidente vetou a redistribuição de royalties de petróleo em áreas licitadas

O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, convocou todos os associados para participar da campanha "Veta, Dilma", manifestação em defesa dos direitos do Rio de Janeiro na questão dos royalties do petróleo. Realizada em 26 de novembro, a mobilização partiu da sede da entidade às 14 horas, rumo à Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde foi feito o cadastramento para o local reservado às autoridades. O Judiciário fluminense, a Prefeitura do Rio e o Governo do Estado uniram esforços na mobilização, que reuniu cerca de cem mil pessoas no Centro do Rio.

Em 1º de dezembro, a presidente da República vetou a redistribuição dos royalties do petróleo em áreas já licitadas, atendendo às reclamações de estados produtores como Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em nota, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, afirmou que o veto é a confirmação de que o Estado Democrático de Direito vigora no Brasil.

Com o veto, estados e municípios produtores vão continuar recebendo uma fatia maior do valor que é pago pelas empresas (26,25%), mas foi mantida a distribuição definida pelo Congresso para os contratos futuros, pelo modelo de partilha, em que a União é dona do óleo extraído.

O percentual destinado aos estados produtores vai cair dos atuais 26,25% para 22% em 2013, e o dos municípios produtores dos atuais 26,25% para 5%, em 2012.

Já a participação dos estados não produtores vai aumentar. Dos atuais 1,75% vai chegar a 24,5% em 2013, e a dos municípios não produtores, dos atuais 7% para 24,5% em 2013. A parcela da União diminui de 30% para 22% em 2013.

(Com informações de O Globo)

Amaerj presta homenagem a magistrados do Judiciário Fluminense

Desembargadores receberam medalhas da Associação por serviços prestados à Justiça



Antonio Siqueira inaugura retrato ao lado da mulher e dos filhos

A Amaerj homenageou, em novembro, os desembargadores Antonio Cesar Siqueira, Zélia Maria Machado dos Santos e Maria Henriqueta Lobo, que deixaram o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) ao se aposentarem. Em 27 de novembro, foi inaugurada na Galeria de Retratos de Ex-presidentes da Associação, a foto do desembargador Antonio Cesar Siqueira, que presidiu a Entidade no biênio 2010 e 2011. A inauguração do retrato foi realizada no auditório Desembargador Renato de Lemos Maneschy, na sede da Associação, e reuniu mais de cinquenta pessoas, entre elas colegas de magistratura e também familiares.

No encontro, o atual presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, realizou discurso enfático ao lembrar dos feitos do desembargador quando esteve à frente da Presidência da Associação. "Siqueira realizou várias importantes atividades aqui no Tribunal e dentro da Associação. Ele teve a coragem de fazer um dos maiores investimentos que a Amaerj já fez e que também é um projeto excepcional, que nós temos que procurar manter e desenvolver, que é o Espaço Botani. O projeto tem dado muito retorno não só financeiro, mas principalmente de qualidade de vida aos associados da Amaerj e também da Mútua", afirmou Dell'Orto.

Homenagens

Durante a cerimônia de inauguração do retrato do desembargador Antonio Siqueira na Galeria de ex-Presidentes da Amaerj, que marcou também a aposentadoria do magistrado e da desembargadora Zélia Maria Machado dos Santos, ambos integrantes da 5ª Câmara Cível do TJ-RJ, a Associação ofereceu aos jubilados uma medalha em homenagem aos serviços prestados à magistratura fluminense. Ao entregar a comenda o presidente Cláudio dell'Orto destacou a importância do momento. "É uma alegria poder representar os Associados nessa data tão especial, em que a Associação presta homenagem a integridade e a dedicação de magistrados, que sempre estiveram comprometidos com a verdade e a correta aplicação das Leis", completou Dell'Orto.

Em 28 de novembro, a Associação entregou a medalha de agradecimento à desembargadora Maria Henriqueta Lobo, que se aposentou compulsoriamente. Para Dell'Orto, a magistratura do Rio de Janeiro perde uma pessoa que está no auge da sua capacidade produtiva. "A desembargadora Maria Henriqueta vem, ao longo dos anos, lutando incansavelmente por uma Justiça ética, para que tenhamos um Estado brasileiro melhor," disse o magistrado ao entregar a medalha. A desembargadora também foi homenageada pelos membros da 7ª Câmara Cível, que presidia.

TJ-RJ elege nova administração para biênio 2013/2014

A presidência da Corte será ocupada pela desembargadora Leila Mariano



Nova administração do Tribunal de Justiça do Rio para o biênio 2013/2014

Em sessão do Tribunal Pleno de 3 de novembro, a desembargadora Leila Mariano foi eleita presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) para o biênio 2013/2014. O novo corregedor-geral da Justiça será o desembargador Valmir de Oliveira Silva. Os 1º, 2º e 3º vice-presidentes eleitos são, respectivamente, os desembargadores Nascimento Antônio Póvoas Vaz, Nametala Machado Jorge e Nilza Bitar. A Diretoria-Geral da Escola da Magistratura (Emerj), cargo ocupado até então pela nova presidente do TJ-RJ, ficará a cargo do desembargador Sérgio Verani.

Vale lembrar que, conforme noticiado no Caderno Especial Eleições TJ-RJ 2012, encartado na edição nº 89 do Boletim Amajerj, a nova presidente pretende conduzir sua administração a partir de seis focos estratégicos: efetividade jurisdicional; gestão dialógica; valorização dos magistrados e servidores; comunicação institucional interna e externa; tecnologia; e prestação de contas.

Formada em 1972 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano ingressou na magistratura fluminense em 1979, tendo sido promovida a desembargadora em 1998.

Eleito ao cargo de corregedor-geral da justiça, o desembargador Valmir de Oliveira Silva recebeu 146 votos. “Gostaria de agradecer a confiança depositada em mim e dizer que não vou decepcioná-los”, afirmou o futuro corregedor, adiantando ainda que pretende fazer uma gestão compartilhada com todos.

O 1º vice-presidente será o desembargador Antônio Póvoas Vaz, o desembargador

Nametala Machado Jorge é novo 2º vice e a desembargadora Nilza Bitar foi eleita como 3ª vice-presidente do TJ-RJ.

A Escola da Magistratura será comandada pelo desembargador Sérgio Verani, que recebeu 87 votos. O desembargador Sidney Hartung ficou em segundo lugar, com 73 votos.

“Podemos nos orgulhar muito do grupo eleito hoje. Quero parabenizar a todos”, ressaltou o presidente do TJ-RJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, antes de encerrar a sessão.

Os novos membros da administração tomarão posse em fevereiro de 2013.

Conselho da Magistratura e Comissões

Na mesma data, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio elegeu os cinco membros que vão compor o Conselho da Magistratura do TJ-RJ no biênio 2013/2014. Foram escolhidos os desembargadores Elisabete Filizzola Assunção, Marcus Henrique Pinto Basílio, Ricardo Couto de Castro, Jacqueline Lima Montenegro e Maria Sandra Rocha Kayat Direito.

Também foram eleitos, para a Comissão de Legislação e Normas, os desembargadores Mônica Maria Costa di Piero, André Gustavo Correa de Andrade, Cláudio Brandão de Oliveira, Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes e César Augusto Rodrigues Costa.

Já os desembargadores Claudio de Mello Tavares, Odete Knaack de Souza, Antônio Carlos Nascimento Amado, Heleno Ribeiro Pereira Nunes e Alexandre Freitas Câmara irão compor a Comissão de Regimento Interno do TJRJ no mesmo biênio. (TJ-RJ)

Tribunal encerra a Semana Nacional da Conciliação com saldo positivo

Índices conquistados superaram o esperado, com a realização de 5.588 audiências

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) encerrou, em 14 de novembro, a Semana Nacional da Conciliação com a realização de 5.588 audiências e obtenção de 76,33% de acordos. O juiz Flávio Citro, gestor da Semana Nacional da Conciliação no TJ-RJ, disse que este é um novo tempo no Judiciário: “A conciliação é uma meta que deve ser tratada com prioridade. Inovamos ao trazê-la para todos os graus de jurisdição.”

No mutirão com processos de segunda instância, foram fechados 78% de acordos nas 215 audiências. As varas cíveis fizeram 961 audiências, computando 60% acordos. O Centro de Conciliação Permanente dos Juizados Especiais Cíveis, que funciona na Capital, colocou em pauta, nesses seis dias da SNC, 1.848 processos e obteve o percentual mais elevado: 91%. Outros Juizados Especiais Cíveis, localizados nos foros central, das regionais e do interior, que também aderiram à SNC, conseguiram conciliar em 2.564 processos.

A desembargadora Leila Mariano, diretora da Escola da Magistratura (Emerj), concorda com o juiz Flávio Citro. “Vemos sim um novo tempo, de conciliação, pacificação e diálogo. A judicialização em massa traz uma série de problemas que precisamos administrar. São questões que envolvem toda a sociedade. Mas parece que as instituições públicas e privadas estão bem conscientes desse novo papel. Esta prática, da conciliação, é essencial para a nova missão”, declarou. (TJ-RJ)

Presidente do TJ-Rio abre investigação em Varas Empresarias

Em pronunciamento à imprensa, Amaerj defende idoneidade dos juízes

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, determinou, em 27 de novembro, a instauração de processo administrativo para apuração de supostas irregularidades apontadas pela imprensa envolvendo as varas empresarias do estado. O objetivo, segundo o desembargador, é apurar os fatos com absoluta isenção e rigor.

“Infelizmente, o que foi noticiado até agora foram ilações envolvendo a pessoa de magistrados em suposto favorecimento a amigos e parentes na ad-

ministração de algumas massas falidas. Não se pode aceitar a priori nenhum pré-julgamento, seja em que sentido for. E o Tribunal de Justiça do Rio está empenhado em esclarecer todas as questões com absoluta transparência”.

Na mesma data, o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, concedeu entrevista à Rádio CBN sobre o tema da administração de massas falidas no Judiciário fluminense. O magistrado reafirmou a confiança da Associação na idoneidade dos juízes. Dell’Orto explicou que o magistrado é o responsável na liquidação da massa falida das empresas e, por isso, não

há irregularidade em nomear constantemente as mesmas pessoas. “A Associação vem acompanhando o caso porque confia e acredita que os juízes citados tiveram uma atitude idônea, exatamente de acordo com a lei, até porque a responsabilidade é pessoal do magistrado. A Amaerj acredita que, exatamente por isso, os juízes agiram na forma da lei, procurando se cercar de pessoas da sua confiança integral”, afirmou. O jornal O Globo também publicou a reportagem “Amaerj: apuração até as últimas consequências”, que trata do assunto.

(Com informações do TJ-RJ)

Nota à imprensa

Veja a nota que a Amaerj divulgou em apoio aos juízes e que foi publicada pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo:

Amaerj quer rápida e correta apuração

A Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) confia na idoneidade dos juízes citados nas matérias publicadas no jornal O Globo, nas edições de domingo (25/11) e segunda-feira (26/11), sobre a administração de massas falidas no Judiciário

fluminense. A Associação repudia a imputação sumária de culpa a qualquer magistrado do Rio de Janeiro e sua exposição pública como se já tivesse sido julgado e condenado. A sociedade tem direito à informação verdadeira, de modo que não se precipite um juízo desprovido de informações consistentes sobre o caso.

A Amaerj quer que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apure com agilidade os fatos. A Associação tem absoluta certeza de que os juízes agiram no cumprimento da lei e nomearam

pessoas de confiança, porque a responsabilidade é pessoal do magistrado.

A entidade defende a mais absoluta lisura no exercício da Magistratura, sendo a maior interessada na apuração dos fatos até as últimas consequências. No entanto, é preciso que prevaleça a verdade, a transparência nos procedimentos e o pleno direito à defesa e resposta. São esses os pressupostos essenciais da Justiça, em cuja defesa a Amaerj estará permanentemente mobilizada.

TJ-RJ realiza reunião de análise estratégica

A adesão ao planejamento estratégico instituído pelo CNJ foi tema de destaque no encontro



Reunião abordou o aprimoramento da gestão estratégica do Tribunal

Em 28 de novembro, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) promoveu reunião de análise da estratégia (RAE) do Poder Judiciário do Estado, em conformidade ao que determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A medida visa o aprimoramento da gestão estratégica dos tribunais em nível nacional. Conduzido pelo presidente do TJ-RJ, desembargador Manoel Alberto Re-

bêlo dos Santos, o encontro teve como destaque a apresentação do resultado da aderência ao planejamento estratégico instituído pelo CNJ para todos os tribunais do País. O TJ-RJ ficou em sétimo lugar entre todos os estados, sendo o segundo colocado entre os tribunais classificados como de grande porte. A reunião também deliberou sobre temas administrativos da Corte.

(TJ-RJ)

Presidente e desembargador do TJ-RJ são homenageados

Os desembargadores Manoel Alberto Rebêlo dos Santos e Lindolpho Moraes Marinho receberam medalha da Ordem do Mérito Judiciário do TRT da 1ª Região



Desembargadores Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, presidente do TJ-RJ, e Lindolpho Moraes Marinho, da 16ª Câmara Cível

Em 30 de novembro, os desembargadores Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, presidente do TJ-RJ, e Lindolpho Moraes Marinho, da 16ª Câmara Cível, receberam a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1). A insígnia, instituída em 2004, tem por finalidade agraciar cidadãos que tenham se destacado por suas

atividades em prol da Justiça do Trabalho ou prestado relevantes serviços à cultura jurídica e à Justiça do Trabalho. Além dos magistrados, outras 68 personalidades foram homenageadas, dentre elas a presidente da República, Dilma Rousseff, o ex-presidente do STF, ministro Ayres Britto, e a ministra do STF, Rosa Maria Weber.

(Com informações do TRT1)

TJ-RJ aprova anteprojeto de lei que cria novas câmaras

Medida buscará solucionar a ameaça de aumento na demanda de processo

A proposta de mudança na estrutura de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), apresentada por desembargadores de 20 câmaras cíveis foi aprovada pela grande maioria — 116 a 40 — do Plenário. O anteprojeto visa criar sete câmaras cíveis, das quais cinco são especializadas nas matérias de direito do consumidor. A nova estrutura do TJ não apresentará nenhum aumento de despesa. O projeto passa agora pela Assembleia Legislativa.

Atualmente o TJ do Rio é formado por 20 câmaras cíveis e 35 desembargadores itinerantes — que não compõem qualquer colegiado fixo e que ajudam os mais assoborçados. Segundo a proposta, os desembargadores itinerantes passarão a ser efetivos e serão distribuídos em 35 Câmaras, sendo 27 cíveis (22 cíveis e cinco especializadas em direito do consumidor) e oito criminais.

A composição das novas Câmaras seguirá o critério de antiguidade. Para a implementação das Câmaras será aberto um edital e os cinco mais antigos formarão a nova estrutura. Para o desembargador Marcelo Buhatem, itinerante da 3ª Câmara Cível, a criação das novas Câmaras representa um avanço na área do Direito do Consumidor. “As câmaras especializadas criam jurispru-

dências na matéria consumerista, que hoje é esparsa, além da darem segurança jurídica e da rapidez no julgamento dos recursos”, diz ele.

Se aprovado, o projeto irá alterar o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, e terá até 120 dias para entrar em vigor. No início, o projeto foi recebido com resistência pelos componentes das Câmaras Criminais, que alegavam decidir processos mais complexos com prazos prescricionais menores e que envolviam maior risco para os julgadores. Mas as áreas entraram em um consenso e decidiram pela criação das novas Câmaras.

Leia o anteprojeto de Lei:

Altera o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências

A assembléia legislativa do Estado do Rio de Janeiro resolve:

Artigo 1º - Ficam criadas na estrutura do Tribunal de Justiça, sem aumento de despesa, 7 (sete) Câmaras Cíveis.

Parágrafo único – A instalação das Câmaras dar-se-á mediante ato da Presidência do Tribunal de Justiça em até 120 (cento e vinte) dias da vigência desta lei.

Artigo 2º - A composição das novas

Câmaras far-se-á pelo critério da remoção por antiguidade.

Artigo 3º - O Código de Organização e Divisão Judiciária passa a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 20 – Os Desembargadores são distribuídos em 35 (trinta e cinco) Câmaras, sendo 27 (vinte e sete) Cíveis e 8 (oito) Criminais, identificadas por números ordinais.

Parágrafo 1º - As Câmaras Cíveis de numeração 23ª a 27ª terão competência especializada nas matérias cujo processo originário verse sobre direito do consumidor.

Parágrafo 2º - Não integram as Câmaras o Presidente, os Vice-Presidentes e o Corregedor-Geral da Justiça.

Artigo 20-A. O Presidente do Tribunal de Justiça elaborará tabela periódica de Desembargadores para o exercício das atividades jurisdicionais em regime de plantão nos dias e horários em que não houver expediente forense.

Parágrafo único – A tabela será integrada pelos 35 (trinta e cinco) Desembargadores mais modernos, facultado aos demais requerer sua inclusão na escala de que trata este artigo.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Com informações do TJ-RJ)

Amaerj participa do Fórum Nacional de Juizados Especiais

Evento contou com a presença do presidente da Amaerj, da presidenta do TJ-RJ e de ministros do STF e STJ

Realizado em 7 de dezembro, em Búzios, o Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje) contou com a participação do presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, dos ministros Luiz Fux (STF) e Luis Felipe Salomão (STJ), da atual presidente do TJ-RJ, Leila Mariano, e do então presidente do Tribunal, desembargador Manoel Alberto.

O Fonaje congrega magistrados do sistema de Juizados Especiais e Turmas Recursais, além de uniformizar procedimentos, expedir enunciados, acompanhar, analisar projetos legislativos e promover o sistema de Juizados Especiais. Colabora, assim, com os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo da União, dos Estados e do Distrito Fede-

ral, bem como com os órgãos públicos e entidades privadas, para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

O Fonaje foi instalado em 1997, a partir da necessidade de aprimorar a prestação dos serviços judiciários nos Juizados Especiais, com base na troca de informações sobre procedimentos adotados em todo o território nacional.

BRASIL

Teori Zavascki toma posse como ministro

O magistrado assumiu a vaga deixada por Cezar Peluso no fim de agosto



Carlos Humberto | STF

Novo ministro do Supremo assina termo de posse

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, declarou empossado, em 29 de novembro, Teori Zavascki como mais novo ministro da Corte. Ele assumiu vaga deixada por Cezar Peluso, que se aposentou compulsoriamente ao completar 70 anos, no fim de agosto.

Na leitura do termo de compromisso, o novo ministro declarou que:

“Prometo, bem e fielmente, cumprir os deveres do cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a Constituição e leis da República.”

Participaram da cerimônia o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), da Câmara, Marco Maia (PT-RS), e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, representando a presidente Dilma Rousseff.

Juizes vão ao STF questionar reforma da previdência

AMB e Anamatra ajuizaram ADI em que contestam a validade da EC 41/2003

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) ajuizaram, no Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade em que contestam a validade da Emenda Constitucional 41/2003, chamada de Reforma da Previdência 2, que autorizou a instituição da previdência complementar privada dos servidores públicos, o Fundo de Pensão do Servidores Públicos Federais do Judiciário (Funpresp-Jud) — Lei 12.618/2012.

A ADI tem como base o julgamento

da Ação Penal 470, processo do mensalão, no Supremo, que considerou que a aprovação da Emenda Constitucional é resultado de corrupção. Com isso, segundo as associações, a redação dada pela EC 41/2003, padece de vício de inconstitucionalidade formal, decorrente da violação ao artigo 1º, parágrafo único, porque não houve a efetiva expressão da vontade do povo por meio dos seus representantes na votação da PEC. Além deste, a ADI cita outros vícios, como a violação ao artigo 5º, LV, porque o processo legislativo, que integra o devido processo legal, foi fraudado por meio de con-

duta criminosa.

Para a AMB e a Anamatra, o acolhimento desses fundamentos inviabiliza a instituição da previdência complementar aos membros da magistratura, pelo menos até que seja editada uma lei complementar de iniciativa do STF, ou editada uma lei complementar especial para dispor sobre a previdência complementar de natureza pública. “Ou ainda, com base no princípio da eventualidade, uma lei ordinária que efetivamente preveja a criação de uma entidade de previdência complementar de natureza pública e não privada”.

(ConJur)

Joaquim Barbosa assume presidência do STF

Cerimônia para dois mil convidados foi realizada em 22 de novembro



Carlos Humberto | STF

Presidente Dilma Rousseff participou da cerimônia de posse do ministro

Perto de completar dez anos no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Joaquim Barbosa assumiu a presidência da Corte em 22 de novembro, quando foi empossado pelo decano da Corte, ministro Celso de Mello. Já na função de chefe do Judiciário nacional pelos próximos dois anos, Barbosa empossou Ricardo Lewandowski como vice.

A cerimônia para cerca de dois mil convidados contou com a presença da

presidente da República, Dilma Rousseff, e dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

Na etapa dos pronunciamentos oficiais, Barbosa surpreendeu ao escolher o ministro Luiz Fux para fazer em nome da Corte. Os últimos quatro presidentes do STF – Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Carlos Ayres Britto – foram saudados pelo ministro Celso de Mello, mais antigo in-

tegrante do Tribunal desde a aposentadoria de Sepúlveda Pertence em 2007.

Em seu discurso, Barbosa, fez uma defesa veemente da independência dos juízes, dizendo que eles devem ser imunes a pressões políticas. Afirmou também que os cidadãos ainda são tratados de forma desigual no Brasil e que é preciso fazer com que a justiça seja acessível a todos. “O que se vê aqui e acolá, não sempre, é claro, mas às vezes sim, é o tratamento privilegiado. O Judiciário que aspiramos a ter é um Judiciário sem firulas, sem floreios, sem rapapés”, disse Barbosa. “É preciso reforçar a independência do juiz; afastá-lo desde o ingresso na carreira das múltiplas e nocivas influências que podem paulatinamente minar-lhe a independência”, completou.

À noite, três entidades de classe nacionais de juízes – Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), oferecem uma festa em um clube de Brasília, com coquetel e som ambiente para recepção dos convidados.

(Agência Brasil e G1)

Fux manda incluir aumento do Judiciário na proposta orçamentária de 2013

Processo está sob relatoria do ministro Joaquim Barbosa, mas ainda não houve decisão

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Congresso Nacional inclua a proposta oficial do Poder Judiciário no Projeto de Lei Orçamentária para 2013. O documento previa aumento de 7,12% para o Judiciário da União, que teria impacto direto de R\$ 285 milhões anuais.

A questão foi judicializada no início de setembro pelas três maiores entidades de classe de juízes do País. Elas contestaram o fato de o Executivo ter retirado o orçamento original elaborado pelo STF da proposta apresentada ao Congresso

Nacional em agosto. Segundo as entidades, a interferência é uma afronta à autonomia entre os Poderes.

A Advocacia-Geral da União (AGU) saiu em defesa do Executivo argumentando que a proposta orçamentária do STF foi mantida, ainda que anexa ao documento principal. Segundo a AGU, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, justificou a necessidade de adequação devido ao complexo cenário econômico atual e a necessidade de manter a economia brasileira funcionando bem.

Os argumentos não convenceram o ministro Luiz Fux, que determinou a

apreciação do orçamento do Judiciário tal como apresentado pelo STF. A decisão liminar deve ser cumprida enquanto o processo não for apreciado definitivamente pelo plenário do STF.

O Ministério Público da União também acionou o STF, em setembro, para contestar os cortes do Executivo na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional. A categoria previa reajuste de 29,53%. O processo está sob relatoria do ministro Joaquim Barbosa, mas ainda não houve decisão.

(Agência Brasil)

Campanha em defesa da Lei Maria da Penha é lançada no Rio

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República é idealizadora do projeto



Slogan da Campanha

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foi palco, em 23 de novembro, do lançamento no Estado da campanha nacional “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha. A Lei é mais forte”, coordenada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. A campanha lançada nacionalmente e regionalmente em agosto respectivamente, em Brasília e Espírito Santo, tem o intuito de promover uma mobilização nacional pela celeridade de julgamentos de processos relativos à violência contra as mulheres.

A coordenadora-geral de Fortalecimento da Rede de Atendimento da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e representante do Governo Federal, Gláucia Helena de Souza, ao abrir o evento, falou sobre o conceito, objetivos e desafios do projeto e a construção de um novo olhar dessas mulheres sobre o Judiciário. “O objetivo desta campanha é a ação integrada entre os Poderes Executivo e Judiciário e o Sistema de Segurança Pública no sentido de união e fortalecimento para dar celeridade aos inquéritos estabelecidos, aos casos de violência doméstica contra as mulheres e a correta aplicação da Lei Maria da Penha, para consolidar o compromisso do Estado brasileiro e de toda a sociedade no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher”. Ela também aproveitou para divulgar o próximo passo da

campanha, que será o envolvimento da sociedade neste processo.

A desembargadora Cristina Tereza Gaulia, que está à frente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJRJ (CEJEM), ratificou o comprometimento do TJ-RJ com a campanha, enfatizou o trabalho feito pela sua comissão e anunciou os novos planos. “A CEJEM capacita os magistrados e demais atores do Judiciário no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher. Precisamos que os juízes saibam as necessidades e dificuldades destas mulheres, pois a Rede é a ponte entre as mulheres vítimas e o sistema Judiciário. A partir do ano que vem, a cada dois meses, a CEJEM realizará reuniões entre os magistrados e a Rede de Atendimento à Mulher”, destacou a desembargadora.

Dando continuidade ao evento, a chefe de Polícia Civil do Rio, delegada Marta Rocha, discursou sobre a atuação da Polícia Civil no combate à violência contra a mulher. “Hoje, a Polícia Civil do Rio tem 11 delegacias especializadas no atendimento da mulher vítima de violência e o compromisso de que, esteja ela em uma ou não, seja bem atendida”, afirmou.

Ao final do evento, o juiz Auxiliar da Presidência do TJRJ Fábio Ribeiro Porto apresentou o sistema de gerenciamento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. De acordo com o magistrado, este sistema irá per-

mitir o real diagnóstico, possibilitar o gerenciamento e o mapeamento em tempo real dos dados destes juizados, auxiliando os gestores na tomada de decisões.

Também estavam presentes na solenidade a desembargadora Katya Maria de Paula Menezes Monnerat, subcoordenadora da CEJEM; a procuradora federal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ingrid Pequeno de Sá Girão; a superintendente dos Direitos da Mulher, Ângela Fontes; a promotora de Justiça do I Juizado da Violência Doméstica e Familiar e Contra a Mulher, Lúcia Iloízio Barros Bastos; juízes, delegadas das Delegacias de Atendimento à Mulher, representantes do projeto “Mulheres da Paz”, entre outros.

Debates

O tema da violência contra a mulher também foi o foco de evento realizado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em 28 de novembro. A desembargadora Leila Mariano, diretora-geral da Emerj, fez a abertura do “Seminário Crítico à Reforma do Código Penal e à Lei Maria da Penha”, chamando para o primeiro painel: “Os Crimes Contra a Dignidade Sexual e a Reforma do Código Penal”. A palestra foi conduzida por Ana Lucia Sabadell, professora da UFRJ, e Leila Linhares, advogada e coordenadora executiva da ong Cepia – a defensora pública Arlanza Maria Rodrigues Rebello foi a debatedora.

O tema “Os Crimes Contra a Vida e a Reforma do Código Penal” foi apresentado por Alice Bianchini, doutora em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que também é editora do portal Atualidades do Direito e presidente do Instituto Panamericano de Política Criminal, e Adriana Ramos de Mello, juíza de Direito do TJ-RJ e presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero. A promotora de justiça Lúcia Iloízio Barros Bastos ficou responsável pelo debate.

(Assessoria de Imprensa do TJ-RJ)

Dilma indica o nome de Sérgio Luiz Kukina para o STJ

O procurador de Justiça terá de ser aprovado em sabatina feita pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado



Sérgio Luiz Kukina, procurador de Justiça

A presidente da República, Dilma Rousseff, indicou o procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A indicação foi publicada em 9 de novembro, no Diário Oficial.

Para tomar posse do cargo, o procurador terá de ser aprovado em sabatina feita pela Comissão de Constituição e Justiça

do Senado e, depois, ter o nome aprovado pelo plenário, pela maioria dos senadores. Kukina integrava a lista tríplice escolhida pelos ministros do STJ em 21 de maio passado e enviada à Presidência da República no dia 1º de junho.

O procurador de Justiça é paranaense e era o candidato apoiado pelo atual presidente do STJ, ministro Felix Fischer. Aprovado pelo Senado, Kukina ocupará a vaga do quinto constitucional reservada a membros do Ministério Público no lugar do ministro Hamilton Carvalhido, que se aposentou em maio de 2011. O procurador de Justiça tem 52 anos e entrou no Ministério Público estadual em 1984. Atuou como promotor nas cidades de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Faxinal, Pitanga, Guarapuava, Foz do Iguaçu e Curitiba, onde, atualmente, chefia a coordenação de Recursos Cíveis. O

órgão é responsável pelos recursos do Ministério Público junto ao STJ e ao Supremo Tribunal Federal. O cargo já foi exercido pelo ministro Felix Fischer, de quem Kukina foi assessor entre 1991 e 1996.

Segundo o procurador, o grande desafio da nova função será “contribuir para que o STJ se desincumba de sua missão constitucional, que é a de dar a melhor e mais uniforme interpretação ao Direito Federal infra-constitucional. O Brasil está vivendo uma expectativa de várias transformações no campo legislativo, diante da aprovação próxima dos novos códigos Penal, Processual Penal, Civil e Comercial”, declarou. E para ele, a indicação de seu nome significa o reconhecimento à qualidade e às tradições da comunidade jurídica paranaense.

(Com informações do Jornal Centro Cívico)

Congresso Nacional prepara reformas em seis leis

Na história recente não há registro de reformas legislativas com tal dimensão e profundidade

O Congresso Nacional avança, simultaneamente, na reforma de seis códigos de leis fundamentais para pessoas e empresas e, também, nas regras sobre a partilha de tributos entre governos. Essas mudanças vão afetar pelas próximas décadas os seguintes direitos individuais, coletivos e empresariais: de liberdade (Códigos Penal e de Processo Penal); de voto (Código Eleitoral); de relações de consumo (Código do Consumidor); de negócios (Código Comercial); de acesso à Justiça (Código de Processo Civil); e de partilha de tributos entre governos (o “Pacto Federativo”).

Na história recente não há registro de reformas legislativas com tal dimensão e profundidade, executadas ao mesmo tempo e em ritmo acelerado - exceto nos períodos das assembleias nacionais eleitas para mudar a Constituição.

Promove-se ampla substituição dos

principais conjuntos de leis comuns, aquelas que regulamentam o cotidiano das pessoas e empresas. E pretende-se mudar as regras constitucionais das relações de poder entre a União, estados e municípios na divisão de tributos.

Desde abril, o Senado e a Câmara aceleraram a análise simultânea de diferentes projetos para os novos códigos. Nas propostas há de tudo. Inovações, como o fim da liberdade provisória para acusados de homicídios (a Lei Fleury). Polêmicas, como a flexibilização das regras sobre uso de drogas, aborto e eutanásia, e a redução de penas do crime de gestão fraudulenta - uma das bases do processo do mensalão.

E, também, retrocessos, como a tentativa de reinstauração da censura em nome da proteção dos “direitos da personalidade”. O artífice desse inédito processo reformista é José Sarney, presidente do Senado e ex-presidente da

República, que é também autor de seis das sete iniciativas em curso para reformas em códigos de leis. A exceção é o Código Comercial, patrocinado pelo PT. É uma ousadia política que ele viabilizou na aliança com o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff. Pelo seu cronograma, as mudanças devem estar aprovadas até 2014.

Há consenso sobre a necessidade de atualização dos códigos. Mas são crescentes as críticas no Congresso sobre a forma e o método adotados, que aparentemente terminam por influenciar o conteúdo. Comissões de juristas foram criadas para debater e escrever os anteprojetos, que agora estão em análise simultânea no Senado e na Câmara. É um roteiro legislativo inverso ao habitual e que foi seguido na Constituinte de 1987, no qual os projetos nascem dentro do Congresso.

(ConJur)

Tribunais aprovam meta de combate à improbidade administrativa

É a primeira vez que os presidentes de tribunais fixam metas relativas à questão

O reforço das ações de combate à improbidade administrativa foi a principal meta aprovada, em 6 de novembro, na plenária de encerramento do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Aracaju (SE). Nesse sentido, presidentes de tribunais da Justiça Federal e da Justiça Estadual assumiram o compromisso de, até 31 de dezembro de 2013, identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Os participantes do encontro, que representam todos os ramos do Judiciário, aprovaram também a realização de parcerias entre CNJ, tribunais de Justiça, tribunais federais, tribunais regionais eleitorais e tribunais de contas para o aperfeiçoamento e a alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa.

“O Brasil padece desse mal crônico, de avanço no erário e no patrimônio público. Temos o dever, no âmbito do Judiciário, de combater a improbidade, so-

nhando com um Brasil que saberá rimar erário com sacrário, e isso depende de um Judiciário de excelência”, afirmou o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Ayres Britto.

Ainda com o objetivo de garantir a correta aplicação dos recursos públicos, os participantes do evento se comprometeram a fortalecer as unidades de Controle Interno dos tribunais. Além disso, aprovaram a meta de desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos. Essa é a primeira vez que os presidentes de tribunais fixam metas relativas ao combate à improbidade administrativa.

Foram aprovadas também metas de melhoria da gestão estratégia dos tribunais e a regulamentação, pelo CNJ, da Política de Comunicação do Poder Judiciário. Todas essas propostas foram discutidas e votadas em reuniões setoriais que tiveram a participação de conselheiros do CNJ, corregedores-gerais de Justiça e presidentes de tribunais de todos os ramos da justiça (do Trabalho, Federal, Estadual, Eleitoral e Militar).

(Agência CNJ de Notícias)

Proposta que retira poder de investigação do MP é aprovada em comissão especial

Nem mesmo a exceção para investigações de crimes contra a administração pública ou cometidos por organização criminosas foi mantida

Por 14 votos a 2, foi aprovada em 21 de novembro, na comissão especial, Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que dá às polícias o direito privativo de atuar em investigações criminais e retira o poder do Ministério Público de atuar na apuração dos crimes. Os deputados da comissão não mantiveram, nem mesmo, a exceção para a atuação do Ministério Público em investigações de crimes contra a administração pública ou cometidos por organização criminosas, aberta pelo relator da PEC, deputado Fábio Trad (PMDB-MS). Para ser pro-

mulgada, a emenda terá que ser aprovada em dois turnos no plenário da Câmara, com o apoio de pelo menos 308 votos, e depois no Senado.

Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), o resultado final, com a retirada do artigo que permitia a investigação conjunta da polícia e do Ministério Público em alguns tipos de crime, ficou bem pior do que o relatório Trad. “Em vez de ampliar o poder de investigação, a comissão especial limitou. Quem perde é a sociedade”, afirmou Molon.

(O Globo)

Normas sobre auditorias internas no Judiciário serão padronizadas

Objetivo é normatizar as inspeções e fiscalizações realizadas pelos órgãos de todas as unidades judiciárias

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai padronizar as ações dos setores de Controle Interno dos tribunais no Brasil. O objetivo é normatizar as inspeções e fiscalizações realizadas pelos órgãos de todas as unidades judiciárias. Ato Normativo, que tem como objetivo uniformizar e padronizar as atividades de controle interno, foi elaborado pela Secretaria de Controle Interno do CNJ, relatado pelo conselheiro Silvio Rocha e aprovado pelo plenário durante a 159ª sessão ordinária, realizada no último dia 27 de novembro, e se tornará uma Resolução assim que for assinada pelo presidente do Conselho, ministro Joaquim Barbosa.

A minuta de Resolução prevê a possibilidade de o Conselho formular ações coordenadas de auditoria para o Poder Judiciário; que as auditorias devem ser supervisionadas do início à conclusão; que o planejamento operacional deve especificar o foco da investigação e as ações.

O texto do ato normativo foi mostrado à Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ e aos tribunais, que tiveram oportunidade de apresentar opiniões e sugestões, antes de ser aprovado em plenário. A minuta de resolução aprovada decorre da Resolução nº 86/2009, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de unidades e núcleos de controle interno nos tribunais.

(Agência CNJ de Notícias)

Juíza Andréa Pachá lança livro “A vida não é justa” na Amaerj

Evento aconteceu em 10 de dezembro, com a presença de desembargadores, juízes, familiares e convidados



O advogado Técio Lins e Silva e membros do Judiciário Fluminense elogiaram a obra da juíza

A juíza Andréa Pachá, membro da Coordenadoria de Comunicação da Amaerj, realizou na noite de 10 de dezembro, na sede da Associação, o lançamento da sua mais recente obra, “A vida não é justa”, publicada pela editora Agir. O livro reúne, em formato de crônicas, histórias marcantes vivenciadas pela juíza em mais de quinze anos de atuação em varas de família. O deputado estadual Alessandro Molon (PT-RJ) e o advogado Técio Lins e Silva, entre outras autoridades, compareceram à cerimônia de lançamento na Amaerj.

A juíza falou sobre a escolha da Associação para realizar o lançamento do livro. Segundo a magistrada, o local é especial, pois além de ter sido onde viveu muitas de suas experiências na carreira de juíza, foi onde também fez muitos amigos. “A Associação é muito vinculada à minha vida, já fui vice-presidente da AMB, vice-presidente e secretária-geral da Amaerj. Então, tenho aqui um espaço de amigos com que eu gostaria de compartilhar a alegria de conseguir produzir um livro de ficção, mas muito próximo da nossa realidade, da realidade dos juízes”, completou a magistrada.

Para o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, que prestigiou a cerimônia, o trabalho da juíza Andréa Pachá revela a riqueza da vida e a densidade dos trabalhos que o Poder Judiciário recebe. “Ela soube de maneira bastante sutil, revelar aos seus leitores os dramas que são trazidos, principalmente aos juízes de família”, avaliou. Dell’Orto também declarou

que o fato de a Amaerj ser escolhida para receber lançamentos de obras de arte representa a conquista de um espaço associativo também para atividades culturais. “A associação de fato está representando a magistratura do Rio de Janeiro e se colocando como um local para o debate de ideias e a construção de um judiciário mais participativo”, comemorou.

Entre as personalidade que prestigiaram a cerimônia estão o ex-presidente da Amaerj, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho (1995 a 1997); o 1º vice-presidente da Amaerj, juiz Paulo Mello Feijó; o pai da escritora, desembargador Miguel Pachá; o presidente da Mútua dos Magistrados, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira; o diretor do Instituto Innovare, Carlos Araújo; a desembargadora Zélia Márcia Machado dos Santos; o desembargador Nestor Luiz Bastos Ahrends; o desembargador Carlos Schmidty; a desembargadora Maria Henriqueta Lobo, entre outros.

Lançamento do livro do advogado José Roberto de Castro Neves Iota auditório da Amaerj

Obra destaca lições de Direito no teatro de Shakespeare e tem participação especial do presidente Dell’Orto



Dell’Orto, desembargadores Ana Maria, Thiago Ribas Filho e Luis Fernando Ribeiro prestigiaram o lançamento do autor (ao centro)

Mais de duzentas pessoas compareceram ao lançamento do livro “Medida por Medida – O Direito em Shakespeare”, do advogado José Roberto de Castro Neves e publicado pela Editora GZ, realizado, em 04 de dezembro, na sede da Amaerj.

O presidente da Associação, Cláudio dell’Orto, que à convite do autor elaborou a orelha do livro, destacou a relevância da junção da literatura e do Direito realizada na obra. “As pessoas não se dão conta que Shakespeare teve uma preocupação muito grande com a organização da sociedade e com as leis da época em que ele viveu. Por isso, ele coloca em todos os seus textos algo que tenha a ver com a solução de conflitos, com os pensamentos que existiam na época com relação ao Direito. O grandioso trabalho de pesquisa, que foi realizado pelo José Roberto de Castro Neves, identifica importantes lições de Direito no teatro de Shakespeare e permite um estudo humanista de conceitos jurídicos relevantes,” explica Dell’Orto.

Além de magistrados, amigos e estudantes do Direito, prestigiaram o lançamento da obra a ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal (STF), a desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Amaerj, e os ex-presidentes da Associação, os desembargadores Luis Fernando Ribeiro de Carvalho (1995 a 1997) e Thiago Ribas Filho (1992 a 1993). A cerimônia de lançamento foi realizada no auditório Renato Lemos Maneschy, na sede da Amaerj.

José Roberto de Castro Neves é mestre em Direito pela Universidade de Cambridge, doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ).

Amerj revela os vencedores do I Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos

Foram debatidas propostas que visam à democratização interna do Judiciário



Dell'Orto destacou em seu discurso o comprometimento da magistratura em incentivar as pesquisas acadêmicas e práticas humanistas

Na tarde de 3 de dezembro, em cerimônia que reuniu mais de cem pessoas, a Amaerj divulgou os vencedores do I Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. O evento foi prestigiado por autoridades do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo e contou com a presença do deputado estadual Marcelo Freixo, da chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro Martha Rocha e dos familiares da juíza Patrícia Acioli e Thelma Fraga.

O trabalho vencedor na categoria Monografia foi o “Juiz como guardião dos Direitos Humanos: Três casos de contenção do abuso policial e de afirmação de direitos fundamentais com um olhar sobre o direito ao silêncio”, elaborado pelo juiz André Luiz Nicolitt. O primeiro lugar de Práticas Humanistas ficou com o “Projeto Grão - Programa de Reinserção Social de Egressos” elaborado pela juíza Thelma Araújo Esteves Fraga, falecida em novembro. A irmã da magistrada, Thamar Fraga, recebeu a premiação.

Também receberam Menção Honrosa, na categoria Monografia, Débora Chestays com o trabalho “A Possibili-

dade de Intervenção Jurisdicional no Sistema Penitenciário Brasileiro” e, em Práticas Humanistas, a desembargadora federal, Marga Inge Barth Tessler com “Programa de Educação pelo Trabalho”.

O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, iniciou seu discurso de abertura falando sobre a importância do prêmio, que busca incentivar as pesquisas acadêmicas e as práticas humanistas. “A Associação quer que a partir de premiações como esta, a gente consiga disseminar entre o povo, entre as pessoas, não só os operadores do Direito, mas a sociedade de uma forma geral, que direito humano, direito a dignidade da pessoa humana é o que há de essencial na vida”, declarou Dell'Orto.

Após o discurso do presidente foram exibidos três documentários produzidos pela Amaerj em parceria com as Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha). Em cada vídeo foi contada a história de luta pelos Direitos Humanos, cada qual com uma particularidade, dos juízes Patrícia Acioli, Thelma Fraga e Alexandre Teixeira. No vídeo, o juiz Alexandre Teixeira, titular da Vara de Infância e Juventude da Co-

marca de Petrópolis e diretor executivo da 4ª Seção Regional da Amaerj, teve participação especial falando sobre o projeto social que realiza há seis anos com jovens em risco social, à frente do Educandário Princesa Isabel, em Petrópolis. O trabalho do magistrado também foi homenageado pela Associação com um diploma de Menção Honrosa.

Membro do Poder Legislativo, o deputado Marcelo Freixo declarou achar fundamental ter prêmios de Direitos Humanos, que possam dar destaque aos trabalhos com este tema, sejam eles teóricos, práticos ou militantes. “Não adianta ser a sexta economia do mundo, a cidade da Copa, das Olimpíadas, se parte da sociedade não tem o mínimo de dignidade para continuar a vida. É disso que se trata a luta por Direitos Humanos, uma luta de iguais onde a distância econômica não é suficiente para criar uma distância humana. Então, qualquer coisa que destaque essa luta é muito importante, ainda mais promovida pelo Poder Judiciário e carregando o nome da Patrícia Acioli”, completou o deputado.

Representando o Poder Executivo, a chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, delegada Martha Rocha, lembrou o compromisso da juíza Patrícia Acioli com a efetiva aplicação da Lei Penal e no compromisso com a busca da verdade. “Nenhum crime pode ficar sem solução, mas esse crime era mais do que uma ofensa a uma pessoa individualizada, era uma ofensa ao estado democrático de direito, à república e à soberania. Fico feliz de poder dizer isso a filha dela hoje, pois faltava a Polícia Civil prestar esta conta com a família”, explicou Martha Rocha.

Membro da banca examinadora do Prêmio e advogado da família da juíza Patrícia Acioli, Tércio Lins e Silva enfatizou que acredita que será feita justiça. “Eu tenho confiança absoluta no juiz Peterson Simão na resolução desse

caso emblemático, que envolve uma juíza que não aceitava injustiças e que combatia a milícia, o que há de pior na criminalidade, porque não é só o crime organizado, é o crime fardado dentro do Estado”, enfatizou o advogado.

O primo da juíza Patrícia Acioli, Geraldo Aymoré Júnior, afirmou que a família ficou muito feliz com a iniciativa “Nos sentimos muito felizes, pois acreditamos que esse Prêmio não vai deixar a memória da Patrícia se apagar”, disse Geraldo. Sobre a influência do Judiciário na luta pela defesa dos Direitos Humanos ele acrescentou que “a Constituição não pode seduzir só enquanto letra morta, mas sim ser implementada por aqueles que representam o estado de Direito, que é o juiz, o magistrado”, finalizou.

Denise Appolinária dos Reis, diretora de Direitos Humanos da Amaerj, encerrou a cerimônia falando sobre as expectativas futuras com a premia-

ção. “O Prêmio Juíza Patricia Acioli de Direitos Humanos pretende ser uma agenda institucional da Amaerj. Independente das administrações que se sucederem, nós queremos que todo ano o Prêmio se renove, seja celebrando a vida e a obra da Patrícia, mas também estabelecendo links com a academia e com as faculdades”, finalizou a magistrada.

Ao término do evento foi oferecido um coquetel para os convidados. Também estiveram presentes a 1ª tesoureira da Amaerj, juíza Raquel de Oliveira; o procurador da Justiça, Astério Pereira dos Santos o desembargador Luiz Felipe Francisco, membro da 8ª Câmara Cível do TJ-RJ; a juíza Renata Gil, vice-presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a professora de Direito da Facha, Marta Alonso, representando a vice-diretora da Faculdade, Marcia Alonso.

Repercussão na mídia

A premiação teve grande repercussão na imprensa nacional. De junho a novembro, o tema foi alvo de publicações em mais de 20 jornais, entre eles o Jornal do Brasil, Jornal do Commercio Brasil, O Estado de S. Paulo, O Fluminense, O Globo e o Zero Hora.

O Jornal TV COM 1ª edição, emissora afiliada da TV Globo em Florianópolis (SC), fez entrevista com o presidente Cláudio dell’Orto sobre o tema. Também o Jornal do Brasil publicou artigo do presidente da Amaerj sobre o Prêmio Patrícia Acioli. Com texto intitulado “Um prêmio à liberdade”, o magistrado chama a atenção para a necessidade de fortalecer e expandir a política de segurança dos magistrados em todos os tribunais do País.

Já a diretora de Direitos Humanos da Associação, juíza Denise Appolinária, participou, ao lado de acadêmicos das principais universidades do Rio, do programa Tema Livre, da Rádio Nacional.

Confira alguns depoimentos

Essa cerimônia é um marco, porque ela não permite que Patrícia caia no esquecimento e não cair no esquecimento gera e demonstra e por parte dos idealizadores um sentimento de gratidão, por tudo que ela representou e fez na luta pela defesa dos Direitos Humanos.

Astério Pereira dos Santos, procurador da Justiça

Cada vez que nós tomamos conhecimento sobre essas iniciativas, nós nos sentimos gratificados por termos pessoas tão especiais ligadas à magistratura, preocupadas com o desenvolvimento produtivo da nossa sociedade.

Desembargador Luiz Felipe Francisco, membro da 8ª Câmara Cível do TJ-RJ

Em verdade, eu acho que o prêmio foi uma iniciativa brilhante. A Patrícia antes mesmo de ter sido morta já era merecedora de uma homenagem pelo trabalho que ela realizava na comarca dela, com as vítimas e testemunhas de processo.

Juíza Renata Gil, vice-presidente de Direitos Humanos da AMB



Os juízes Alexandre Teixeira e André Luiz Nicolitt e a irmã da juíza Thelma Fraga recebendo a menção honrosa e prêmios durante a cerimônia

Relação entre mídia e Judiciário foi tema de palestra de Dell'Orto em Belém

Evento fez parte do 21º Congresso da Associação dos Magistrados Brasileiros



Magistrados de todo o Brasil participaram do encontro em Florianópolis

Um dia antes da abertura do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados, em 21 de novembro, o presidente da Amaerj, Cláudio Dell'Orto, palestrou sobre a relação entre a mídia e o Judiciário. Na apresentação, acompanhada por mais de trezentos estudantes, o magistrado abordou a importância do compromisso das duas áreas com a verdade. Para Dell'Orto, jornalistas e magistrados devem ter consciência do trabalho que desenvolvem perante a sociedade. “Os juízes e os jornalistas não são inimigos, são parceiros na construção de uma sociedade democrática, pluralista e igualitária. Isso tudo faz parte da ideia de liberdade de imprensa que está relacionada à liberdade de julgar dos magistrados”, ressaltou. Participaram da mesa a representante do Pró Paz, Kátia Scalzo; Cristina Lourenço, diretora do Instituto de Ciências Jurídicas da Unama; Amadeu Vidônio, coordenador adjunto do Curso de Direito; Homero Lamarão Neto, juiz e professor da Unama.

Abertura

Na noite seguinte, a cerimônia oficial de abertura do Congresso da AMB con-

tou com a participação do vice-presidente da República, Michel Temer, que falou sobre o papel do Poder Judiciário no resguardo da Constituição e das Leis e destacou o respeito pela magistratura.

“Estou aqui para ressaltar as qualidades da nossa Constituição e as qualidades do Poder que as preserva incólumes. O encontro dos magistrados aqui reunidos honra, não só o Estado do Pará, mas a nacionalidade brasileira”, afirmou Temer, que destacou a importância do juiz como um interprete das leis e partícipe da democracia brasileira.

Ao discorrer sobre o tema do Congresso, “Magistrado no Século XXI, agente de transformação social”, o vice-presidente endossou o papel do magistrado perante a sociedade e falou da admiração que traz pela magistratura desde os 10 anos de idade, “respeito que guardo comigo até hoje”, completou. Ao concluir seu discurso, Michel Temer tratou da independência dos poderes, função que, segundo ele, o Judiciário tem um papel de destaque, ao dar a última palavra sobre a Lei. “O Judiciário harmoniza as situações sociais estabelecidas pelo texto constitucional”, concluiu.

O presidente da AMB saudou a todos e incentivou a reflexão sobre o perfil do magistrado no Século 21. “Que esse tema do juiz como agente de transformação social nos inspire e nos mova para que não falte na mesa de cada habitante do planeta o pão da Justiça”, afirmou Calandra.

O presidente da Associação dos Magistrados do Pará (Amepa), Heyder Ferreira, apontou em seu discurso a realidade, desafios e dificuldades da magistratura atual. “Talvez por ironia, a mudança de paradigmas que será traçada nos próximos dias, em que a magistratura se vê à porta do futuro, das novas tecnologias, da agilidade nas informações, precisasse voltar seus olhos à simplicidade do caboclo amazônida, do mergulho na vastidão da natureza da maior floresta tropical do mundo”, apontou.

O presidente da Amepa falou ainda sobre a evolução do mundo atual e dos impactos que ela gera no Poder Judiciário. “Estamos enfrentando, sem dúvida, o período de maior cobrança e exposição de todos os tempos. Os julgamentos que outrora estavam restritos a salas fechadas, ao salão dos passos perdidos, ganhou a dimensão de juízo televisionado, ao vivo, on-line, e a população se acostuma com discussões e termos jurídicos, desde o primeiro dedilhar em seus computadores de mão ao noticiário antes da novela do horário nobre”, disse.

A desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, presidente do Tribunal de Justiça do Pará, fez pronunciamento na sequência. “Estamos reunidos simbolizando, como cidadãos que somos, toda a diversidade do nosso país. Durante todo o Congresso, em paralelo aos temas do Direito da Justiça, vamos mostrar nossa cultura. Gostaria de parabenizar e agradecer pela coragem e determinação da AMB em escolher Belém como sede do seu Congresso. Aqui,

todos poderão desfrutar da capital paraense. Desejo que esse congresso possa trazer os menores frutos de crescimento para a magistratura brasileira”.

O ministro Luís Felipe Salomão, do STJ, cumprimentou os presentes em nome do presidente da Corte, Felix Fisher e do Corregedor Nacional de Justiça, Francisco Falcão. O magistrado contou uma breve história sobre os Congressos Brasileiros de Magistrados. O governador do estado do Pará, Simão Jatene, agradeceu ao presidente da AMB a oportunidade de oferecer a cidade de Belém como sede de um encontro desta magnitude.

Reconhecimento

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, recebeu, das mãos da desembargadora Raimunda do Carmo, a comenda da Ordem do Mérito Judiciário, no grau de Grã Cruz, a

mais alta distinção da Justiça Paraense. O Conselho Executivo da AMB também concedeu personalidades com a Cruz do Mérito Judiciário, que destina a homenagear integrantes da magistratura e a Medalha de Mérito da Magistratura, que conceda vultos ilustres da Nacionalidade.

Receberam o Mérito da Magistratura o vice-presidente da República, Michel Temer, o governador do Pará, Simão Jatene e o membro do Conselho Executivo do Banco Bradesco, Carlos Alberto Guilherme.

A Cruz do Mérito Judiciário foi oferecida ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Felix Fisher, representado na ocasião pelo ministro Luís Felipe Salomão. A presidente do TJ-PA, Raimunda do Carmo Gomes Noronha, o diretor-geral da Escola Superior da Magistratura, Rômulo José Ferreira, o desembargador Milton Au-

gusto de Nobre, do TJ-PA, o desembargador aposentado Otávio Marcelino Maciel, ouvidor agrário do Estado do Pará, o presidente da Amepe, Heyder Ferreira e o juiz Airtton Mozart Valadares, ex-presidente da AMB.

(Com informações da AMB)



Hangar, o maior centro de convenções de Belém, recebeu o congresso de magistrados

LEGISLATIVO

Lei sobre detração de pena já está em vigor

Agora o juiz pode considerar o tempo de prisão provisória ou medida de segurança cumprida pelo réu já na sentença condenatória

O Diário Oficial da União publicou, em 3 de dezembro, a Lei 12.736 que altera o Código de Processo Penal para permitir que o juiz considere, já na sentença condenatória, o tempo de prisão provisória ou medida de segurança cumprida pelo réu. É a chamada detração de pena. A lei já está em vigor.

O juiz deverá decidir sobre a manutenção ou imposição de prisão preventiva, sem prejuízo do conhecimento de apelação que poderá ser interposta. O texto prevê, ainda, que o tempo de prisão provisória deverá ser computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

O objetivo é evitar que o condenado comece a cumprir pena em regime mais severo do que aquele no qual efetivamente deveria estar, caso o tempo

de prisão tivesse sido descontado no momento da sentença.

A norma modifica o artigo 387 do Decreto-Lei 3.689 do Código de Processo Penal, de 3 de outubro de 1941, que cita as obrigações que devem ser seguidas pelo juiz para proferir sentença condenatória.

Segundo o criminalista Guilherme San Juan Araujo, do escritório San Juan Araujo Advogados, “ao aplicar o cálculo na fase de execução, são inúmeros os casos em que o sentenciado já deveria ter progredido de regime ou mesmo sido colocado em liberdade”.

Já o secretário-substituto de Assuntos Legislativos, Gabriel Sampaio, defende a importância da Lei para a melhoria do sistema prisional. “Atualmente o réu aguarda o processo inteiro preso e quando vem a condenação, muitas vezes, essa condenação é infe-

rior ao tempo de pena que ele já cumpriu durante o processo. Para que essa pena que ele já cumpriu seja descontada daquela aplicada pelo juiz, o processo deve ir para um outro magistrado, que é o competente para fazer o abatimento dessa pena. Esse trâmite pode demorar até 20 dias, caso o acusado tenha um bom advogado”, ressalta.

Sampaio destaca ainda que, ao definir a condenação, o juiz já fará esse abatimento e se o condenado tiver direito à sua liberdade ou já tiver cumprido a pena que lhe foi imposta, ele pode ser colocado imediatamente em liberdade.

A Lei é resultado do Projeto de Lei Complementar 93/2012, como parte dos projetos elaborados pelo Ministério da Justiça e que integram o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional.

(Conjur)

Amaerj promove julgamento simulado para universitários de Direito

Projeto Juristur reuniu 16 estudantes da Universidade Salgado de Oliveira, de São Gonçalo



Juizes e estudantes realizaram Simulado Recursal na 4ª Câmara Cível do TJ-RJ

Com o objetivo de ampliar o acesso dos estudantes universitários à prática jurídica, o programa Juristur/Conhecendo o Judiciário promoveu, em 9 de novembro, a terceira edição do projeto Simulado Recursal, da Amaerj. Participaram do julgamento 16 estudantes, do 6º período de Direito, da Universidade Salgado de Oliveira (Universo), de São Gonçalo. Os universitários tiveram a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos através da simulação de um julgamento de Turma Recursal, onde fizeram sustentação oral e foram avaliados pelos juízes Paulo Sampaio Jangutta, diretor de Assistência da Amaerj e coordenador das Turmas Recursais do TJ-RJ, Simone de Araújo Rolim, titular da 24ª Vara Cível da Capital, Paloma Rocha Pessanha, titular do 1º Juizado Especial Cível de Nilópolis, e Ricardo de Andrade Oliveira, titular do 9º Juizado Especial Cível da Capital.

Segundo a juíza Simone Rolim, o projeto é muito importante para o desenvolvimento dos estudantes. “Muitas vezes, aqueles que não têm experiência, se deparam com dificuldades quando se tornam advogados. E poder lidar com essas dificuldades, ainda no processo de aprendizado, engrandece a formação

deles, tanto na vida acadêmica, como na vida profissional do futuro. Quando conseguimos agregar a teoria com a prática o resultado do aprendizado é bem melhor”, afirmou.

Para o juiz Paulo Jangutta, o objetivo é ampliar o acesso dos estudantes universitários à prática jurídica. “Nossa pretensão é que o maior número de estudantes participe, por isso cada um tem seus cinco minutos de fama. Este é o tempo de cada aluno para subir na tribuna e argumentar, passar seu recado. Não queremos que o estudante fique só de espectador, de plateia. No simulado ele tem contato com o Direito real, vivo”, explica o magistrado, que definiu quais processos seriam estudados.

De acordo com a estudante Liliane Guilherme, ter o primeiro contato com a parte oral é muito importante. “É fundamental por em prática o que aprendemos na faculdade. Também é interessante o retorno que temos dos juízes, as dicas e as críticas nos enriquece muito”, disse.

A turma foi acompanhada pelo coordenador do Juristur, juiz Joel Pereira dos Santos. No final do Simulado, os estudantes ganharam, cada um, exemplares da Revista Fórum, do Amaerj Notícias e do Anuário da Justiça.

Artigo do presidente da Amaerj repercute em 19 veículos de imprensa

Texto aborda a conversão do teste do bafômetro e do exame de sangue em direitos do motorista, como forma de comprovar o estado de sobriedade

O artigo “Direito ao Bafômetro” do presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, teve repercussão em 19 veículos de comunicação do Brasil. A opinião do magistrado foi publicada nos jornais O Popular (GO), em 25 de outubro, Empresas & Negócios (SP) e Jornal do Estado (PR), no dia 30, Correio Popular (Campinas), no dia 31, Diário de Notícias (SP), em 1º de novembro, e O Dia (RJ), no dia 2. O artigo também foi publicado nos sites Consultor Jurídico, O Debate, Direito Legal, Última Instância, Bahia Notícias, Folha de Boa Vista, Jornal da Paraíba, Intelog, Portal Fator Brasil, Maxpress, Refrescante e Bem Paraná.

O texto aborda a conversão do teste do bafômetro e do exame de sangue em direitos do motorista, como forma de comprovar o estado de sobriedade. “É preciso lembrar que os juízes não criam as leis. Apenas buscam cumpri-las com a maior precisão possível. Nesse sentido, foram descabidas as críticas à decisão do STJ, no início do ano, que referendou o bafômetro e o exame de sangue como únicas provas de embriaguez para fundamentar ação penal contra quem for flagrado dirigindo embriagado”, escreve o magistrado.

Secretaria de Defesa de Direitos e Prerrogativas da AMB se reúne em Belém



Dell'Orto presidiu reunião de Secretaria da AMB no Pará

O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, conduziu a reunião da Secretaria de Defesa de Direitos e Prerrogativas da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), realizada em 21 de novembro, em Belém (PA). Na pauta, o julgamento colegiado para juízes de primeiro grau, o teto remunera-

tório e a ampliação de segurança para os magistrados. O encontro fez parte da programação do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados. Dell'Orto, que também é diretor da Secretaria de Prerrogativas da AMB, destacou o empenho da Associação nos temas relacionados a previdência da magistratura.

Juíza Mafalda Lucchese recebe Medalha Tiradentes



Juíza Mafalda recebe a honraria das mãos da deputada Claise Maria

Em 3 de dezembro, a juíza Mafalda Lucchese, da 1ª Vara de Família de Duque de Caxias, integrando também o Conselho da Amaerj, recebeu a Medalha Tiradentes. A honraria, oferecida pela Assembleia Legislativa do Rio de

Janeiro (Alerj), é destinada às personalidades que prestam relevantes serviços à causa pública do Rio de Janeiro. A juíza Mafalda Lucchese recebeu a medalha das mãos da deputada estadual Claise Maria Zito (PSD).

Alerj aprova Projeto de Lei Orçamentária Anual

A Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), aprovou, em 14 de novembro, o parecer do relator, Deputado Coronel Jairo (PSC), favorável ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, e os juízes Renato Sertã, da Controladoria Geral da Associação, e Gilberto Abdelhay, juiz auxiliar da Presidência do TJ-RJ, acompanharam a reunião final da Comissão que aprovou o parecer por maioria, vencidos os deputados Luiz Paulo (PSDB) e Janira Rocha (PSOL).

RIO

OAB-RJ elege presidente para gestão até 2015

Felipe Santa Cruz foi eleito com maioria dos votos

Com ampla vantagem em relação aos demais candidatos, Felipe Santa Cruz foi eleito em 6 de novembro o novo presidente da seção Rio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ). O advogado, que teve o apoio do atual presidente, Wálih Damous, terá o comando da OAB-RJ até 2015. "A campanha foi dura, mas tivemos uma vitória bem expressiva, o que demonstra uma aprovação do trabalho da atual presidência. Pretendo continuar avançando e mantendo a ordem enxuta e organizada", disse o novo presidente. O advogado fluminense vai gerir um orçamento anual estimado em R\$ 85 milhões da entidade, que congrega 93.379 advogados. (Com informações do jornal O Globo)

Regionais da Amaerj celebram final do ano com festa

O clima de confraternização predominou entre os associados de todas as regionais

Todas as Regionais da Amaerj realizaram eventos para comemorar o final do ano. A 7ª Seção Regional da Amaerj, na Região dos Lagos, promoveu um jantar de confraternização, em 27 de novembro. Os presidentes da Amaerj, Cláudio dell'Orto, e da Regional, juiz Fábio Costa Soares marcaram presença no evento, realizado no Restaurante Picolino, em Cabo Frio.

Também em 27 de novembro, a 3ª Seção Regional da Amaerj – Nova Iguaçu e o IV Núcleo da Emerj promoveram uma confraternização. O evento, realizado no Fórum da cidade, também marcou a despedida dos juízes removidos e a apresentação das últimas ações promovidas pela Amaerj, como a campanha “Diretas Já no Poder Judiciário”. Os associados tiveram, ainda, a oportunidade de apresentar sugestões direta-

mente ao presidente da 3ª Regional, juiz Richard Robert Fairclough.

Na 4ª Seção Regional da Amaerj, em Petrópolis, o jantar natalino ocorreu no dia 29 de novembro, no Restaurante Dom Bistrô, em Itaipava. O encontro reuniu magistrados em uma agradável noite de confraternização, com os melhores vinhos, cardápio requintado e boa música.

No dia 5 de dezembro foi a vez da 2ª Seção Regional da Amaerj, em Campos dos Goytacazes, promover a confraternização de final de ano com um saboroso jantar, que ofereceu aos magistrados pratos da culinária franco-italiana, com peixes e carnes nobres. Em 07 de dezembro, a 1ª Seção Regional da Amaerj recepcionou os associados em grande estilo na casa de festas “Maison Cascada”, em Niterói. A noite foi embalada pelos sucessos

da MPB ao som da Banda Gargamel.

Encerrando o ciclo de confraternizações, a 9ª Seção (Duque de Caxias) e a 3ª Seção Regional da Amaerj (Nova Iguaçu), promoveram, no dia 12 de dezembro, o almoço de final de ano na Churrascaria Três Marias, em Duque de Caxias. No mesmo dia, a 6ª Seção Regional da Associação, em Volta Redonda, realizou no restaurante “Jardim Secreto”, em Penedo, um jantar que reuniu os associados em uma noite agradável, para apreciar a gastronomia contemporânea.

Papai Noel – A sede campestre de Vargem Grande realizou, em 22 de dezembro, o tradicional Almoço Natalino da Amaerj. Para tornar a data mais especial durante o encontro as crianças foram surpreendidas pelo Papai Noel. Na ocasião os pais levaram presentes, que foram entregues pelo bom velhinho.

CONVÊNIOS

O que é melhor:

Planejar o futuro, proteger a família ou recompensar a própria vida?



O mercado de seguros de vida resgatáveis está em crescimento no Brasil. Assim como na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, quem quer fazer um investimento financeiro e contratar ao mesmo tempo um seguro de vida já tem acesso a uma opção exclusiva!

Com o Seguro de Vida BIEN VIVIR da MAPFRE, produto oferecido com exclusividade aos associados da AMAERJ através do convênio com a MURGEL LIFE, consultoria do Rio de Janeiro, é possível contratar um seguro de R\$ 1 milhão a partir de R\$ 350 ao mês (dependendo da sua idade e do cálculo de risco de saúde).

Você precisa conhecer!

Ligue hoje mesmo para: 21 - 2529-8862 e converse com as consultoras da Murgel.

Viva mais tranquilo: saiba mais sobre todas as vantagens e benefícios do BIEN VIVIR para você e sua família.

Pense na sua tranquilidade, ligue agora:
(21) 2529-8862



Apoio

Instituto



Patrocínio

